

CONSERVAÇÃO DAS CULTURAS DE MATRIZES AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS NO CONTEXTO DO CAPITALISMO VERDE

CONDITIONS OF AFRICAN AND AFRO-BRAZILIAN CULTURES IN THE CONTEXT OF GREEN CAPITALISM

Célio Silva Meira¹
Celeste Dias Amorim²

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir sobre vivência das matrizes africanas e afro-brasileiras a partir da visão da hegemonia do paradigma sociocultural dominante moderno, industrializador da natureza. Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica sob uma abordagem qualitativa, que ocorreu por meio de base impressa e base eletrônica, utilizando a plataforma da *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e do *Google Acadêmico*. Para tanto, traz uma abordagem sobre o capitalismo pós-Revolução Industrial e as tensões modernas do "capitalismo verde" sobre o signo da sustentabilidade desenvolvimentista, também nos "espaços" dos terreiros. Conclui-se, então, que as matrizes afro-brasileiras, ao se relacionarem diretamente pelos seus rituais, preceitos e segredos com o meio ambiente, sofrem a pressão provocada pelo pensar mercantilista e globalizado do homem moderno. Isso que dificulta a sua sobrevivência em meio a tantas destruições do meio natural, pois afirmam que é da natureza que emanam as forças inspiradoras à manutenção dessas matrizes pelo desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e sobrevivência.

Palavras-chave: Capitalismo. Desenvolvimento Sustentável. Economia Verde. Culturas Afro-Brasileiras.

ABSTRACT

This article aims to discuss about the experience of African and African-Brazilian cultures from the perspective of the hegemony of the modern dominant sociocultural paradigm, which industrializes nature. As a methodological procedure, the bibliographic research was used under a qualitative approach, in which the bibliographic survey was carried out by means of a printed database and electronic base using Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Academic Google platform. To this end, it brings an approach about capitalism post-industrial revolution and the modern strains of "green capitalism" on the sign of developmental sustainability, also in the "spaces" of the *terreiros*. It is concluded that the African-Brazilian to relate directly, by their rituals, precepts and secrets, with the environment, are under pressure caused by mercantilist and globalized thinking of the modern man. This makes it difficult to survive amid such destruction of the natural environment, because they say that from the nature emanate inspiring forces maintaining these headquarters for the development of coping strategies and survival.

Keywords: Capitalism. Sustainable Development. Green Economy. Afro-Brazilian Cultures.

¹Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSal). Professor do Colégio Estadual Dr. Roberto Santos e da Escola Municipal Luís Heraldo Duarte Curvelo, Poções/Bahia.
E-mail: celiomeira2014@gmail.com

²Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rede Prodema/UESC). Professora da Faculdade Pitágoras, unidade de Vitória da Conquista/BA.
E-mail: celamorim@gmail.com

Submissão: 16/11/2018
Aprovação: 22/03/2019

1 INTRODUÇÃO

Antes de abordar mais detalhadamente acerca da temática proposta, é pertinente discorrer acerca dos conceitos aplicados à terminologia “espaço geográfico”, uma vez que esta categoria é vital para análises na Ciência Geográfica. Nesse sentido, debater sobre o espaço é especular sobre o objeto de estudo próprio da Geografia e todas as variantes que dinamizam suas bases epistemológicas.

Já no século XVIII, Kant compreendeu a impossibilidade em estudar os fenômenos naturais desconsiderando a espacialização das ações humanas (FERREIRA, 2001). Essa constatação influenciou geógrafos famosos como Ritter e Humbolt na valorização das relações entre o homem e a natureza.

Nesse sentido, à medida que se vai intensificando as interferências humanas no espaço, sobretudo quanto ao capitalismo pós-Revolução Industrial, aumentavam também os estudos que mediavam as relações homem-espaço. Logo, as análises do espaço geográfico também recebem inferências do curso indicado pela história humana e pelos valores que vem sendo apregoados.

Por esta razão, o advento do capitalismo pós-Revolução Industrial, século XVIII, revoluciona o conceito de espaço, sobretudo pelo grau de apropriação decorrente do sistema capitalista e pela materialização das ações humanas na paisagem. A ocupação do espaço natural passa a ser feita mediante uma concepção mercadológica dos recursos, facultando ao homem o poder de transformar a paisagem natural em uma paisagem cultural (DOMINGUES, 2010).

A urbanização também foi outro fenômeno alavancado com a Revolução Industrial, transformando dramaticamente as paisagens naturais. O crescimento da população urbana resultou no proporcional aumento das cidades, além de inserir novas formas de consumo na sociedade, advindas de uma sociedade industrial. Os resultados foram os mais diversificados possíveis, desde questões de ordem social (desigualdade, exclusão, favelização, violência, déficit habitacional etc.) a questões ambientais (lixo, esgoto, desmatamento, alteração severa de ecossistemas, poluição etc.).

Nesse sentido, a forma em que a humanidade se apropria do espaço natural está atrelada, historicamente, ao modelo de desenvolvimento social preconizado na conjuntura capitalista (BARBOSA, 2008). A partir da Revolução Industrial do século XVIII, a ação do homem na natureza se torna cada vez mais predatória e insustentável. Os valores consumistas legitimados pelos veículos midiáticos, além de toda política aplicada pelas nações voltadas ao desenvolvimentismo, são pressupostos consideráveis de um sistema absolutamente descomprometido com o meio ambiente no que tange a sua conservação.

As paisagens culturais decorrentes das culturas de matriz africana e afro-brasileiras emergem constrangidas nesse contexto de redução continuada das paisagens naturais, tendo em vista que os elementos da natureza são imanentes às suas conformações. Neste artigo, problematiza-se a condição de possibilidade de sobrevivência dessas culturas nos espaços intensamente transformados pelo capitalismo contemporâneo, mesmo que travestido de capitalismo verde.

Neste contexto, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica sob uma abordagem qualitativa. Para tanto, selecionaram-se as seguintes palavras-chave: Capitalismo, Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e Culturas Afro-Brasileiras, as quais foram trabalhadas com base no pressuposto teórico de: Boaventura Souza Santos, Milton Santos, Edgar Morin, Sílvia Ribeiro, Leandro Dias de Oliveira, Mariana Ramos de Moraes, Ângela Jayme Lühning, Gustavo F. da Costa Lima, Philippe Pomier Layrargues, Soraya Corrêa Domingues, Andrize Ramires Costa, Heloisa dos Santos Simon, Elenor Kunz, Guilherme Vieira Dias, José Glauco Ribeiro Tostes, Carlos Caroso, Jeferson Bacelar, Stela Guedes Caputo, Olga Gudolle Cacciatore, Roger Bastide, José Flavio Pessoa de Barros, Eduardo Napoleão, entre outros. Nossa opção teórico-discursiva se direciona em favor da vivência das matrizes africanas e afro-brasileiras frente ao modelo hegemônico do paradigma sociocultural dominante da modernidade, visto na “perspectiva de que a relação entre homem/sociedade e homem/natureza seja pontuada pela liberdade, através do diálogo consigo mesmo, onde se possa perceber o outro, sem mediação de coisas e objetos a

exercer seu discurso e sua ação na condição humana do mundo da vida” (AMORIM, 2013, p. 52).

As diferentes concepções de leitura permitiram verificar o conhecimento explícito, que contribui para o entendimento, o aprofundamento e o desenvolvimento da temática, estabelecendo, assim, um quadro teórico que nos orientou na coleta e análise de dados (LUDKE, 1986, p. 13). A pesquisa e o levantamento bibliográfico ocorrem por meio de bases impressa e eletrônica, esta última utilizando a plataforma da *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e do *Google Acadêmico*.

Neste contexto, o presente artigo objetivou discutir sobre vivência das matrizes africanas e afro-brasileiras, a partir da visão da hegemonia do paradigma sociocultural dominante moderno, industrializador da natureza.

2 QUESTÃO AMBIENTAL: INÍCIO DA MOBILIZAÇÃO

O pensamento desenvolvimentista fomentado pelas economias capitalistas dos séculos XVIII e XIX foi disseminado pelo restante do globo para países que, nos referidos períodos, ainda tinham participação incipiente no cenário econômico global. Nações como Brasil, México, Argentina, China, Índia Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura passaram a adentrar ao desenvolvimentismo com grande afinco no século XX. O desenvolvimento como padrão de “crescimento econômico” passou, cada vez mais, a ser uma rotina nessas nações – consideradas emergentes – reorganizando suas bases políticas e sociais e alterando o equilíbrio das forças econômicas globais, assim criaram uma nova economia poder, porém a serviço do capital estrangeiro (GALVÃO, 2007).

A grande preocupação mundial, até meados do século XX, foi aumentar os índices de crescimento econômico satisfatoriamente, de modo cada vez mais concentrador, baseado na supressão de grandes contingentes populacionais e, aqui, referimo-nos às populações indígenas da América Latina, que foram e continuam sendo excluídas, bem como as culturas africanas e afro-brasileiras (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2007). Os resultados sociais e ambientais foram dramáticos

e, mesmo tão gritantes, foram ignorados durante muitas décadas pelas autoridades constituídas.

A questão ambiental somente passou a chegar ao cenário de discussões internacional na década de 60 do século passado; só na década de 1970 é que este discurso torna-se mais incisivo. As pressões populares, ilustradas pelo movimento hippie e pelas ONGs, que timidamente agiam naquele período, tiveram efeito, comovendo a opinião pública sobre as questões atreladas a defesa do meio ambiente. A ONU, em 1972, passa a alertar sobre efeitos danosos do economicismo e, neste meio tempo, diversos grupos militantes ganham voz na luta contra a visão acumulativa do capital.

Nesse período, a ação antrópica já se tornava nítida, despertando mobilizações contra o massacre historicamente promovido pela “volúpia capitalista” via maximização do lucro, em detrimento da conservação do meio ambiente. Encontram fôlego algumas concepções de origem marxista, como o ecossocialismo ou a ecologia social, que entendia a insustentabilidade das bases voluptuosas do capitalismo, propondo um modelo mais sano de desenvolvimento econômico. Herbert Marcuse, um dos representantes desse supracitado movimento, expressa a divergência entre o capitalismo e a ecologia, afirmando que: “a lógica ecológica é a negação pura e simples da lógica capitalista; não se pode salvar a terra dentro do quadro do capitalismo.” (apud LIMA, 1997, p. 208).

Simultaneamente, debates trincavam a opinião popular. Por um lado, os ambientalistas lançavam campanhas de preservação, na tentativa de sensibilizar a população sobre a necessidade de reduzir os impactos ambientais; por outro lado, o grupo dos desenvolvimentistas alertava sobre os efeitos sociais de qualquer interferência na cadeia produtiva para poupar a natureza (LIMA, 1997), pois naquela ótica desenvolvimentista, a prioridade era salvaguardar as divisas econômicas, de modo a gerar empregos e garantir a “qualidade de vida” da população.

É oportuno realizar uma ressalva, afinal as preocupações sociais dos desenvolvimentistas perdem fundamento ao observarmos que, da forma como

praticado, o crescimento econômico promulgado pelo paradigma sociocultural dominante moderno não promoveu a tão sonhada melhoria social de modo igualitário, contrariando a visão utópica do capital a serviço do social (SANTOS, 2008). Alinham-se a essa reflexão outros atores vinculados ao desenvolvimento, desta vez associando à economia ecológica (LIMA, 1997; OLIVEIRA, 2012).

Paralelo à nova fórmula de manter o capitalismo em alta, ou seja, a globalização, as taxas de crescimento em meados do século XX, em muitos países, a exemplo do Brasil em sua fase de “milagre brasileiro”, se mostraram significativas, contudo, a marginalidade se tornou igualmente acentuada, revelando um economicismo absolutamente concentrador e cruel. Da mesma forma, o crescimento econômico, além de impactar severamente a natureza, não demonstra garantias de qualidade social, empurrando muitos à marginalidade e criando um ciclo vicioso entre miséria e a degradação ambiental (CUNHA; AUGUSTIN, 2014).

3 A AMEAÇA À DIVERSIDADE CULTURAL NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Lima (1997) o desenvolvimento sustentável (DS) surge no decorrer do embate entre os desenvolvimentistas e os ambientalistas. Em 1987, o Relatório Brundtland lança o conceito de desenvolvimento sustentável que, a partir de então, tem ocupado uma posição de destaque no debate sobre as questões ambientais e o modelo de desenvolvimento econômico-social. A utilização desta nomenclatura pelos diversos setores indica uma penetração social da problemática do desenvolvimento sustentável. No entanto, seu caráter polêmico e ambíguo, se sobressai, dando margem a múltiplas interpretações e consensos pontuais, o que, segundo Dias e Tostes (2009, p. 2), indica uma apropriação, pelo mercado, das ideias da crítica ecológica, mantendo a questão ambiental administrada, de forma que as técnicas são produzidas e utilizadas de acordo a organização social, ao mesmo tempo em que esclarece que a “produção envolve relações técnicas (humano-natureza) e relações sociais (entre

seres humanos), sendo que estas ‘determinam’ aquelas”. Este, então, para o autor, é um dos pontos que se faz questionar as propostas do DS promovidas pela sociedade capitalista.

Lima (1997, p. 214) aponta que “a literatura que avalia seu significado e impacto social destaca suas positivities, suas contradições e os dilemas de sua incompletude, de seu caráter inacabado e dos obstáculos existentes à sua evolução e consolidação como real alternativa de desenvolvimento social”. Neste mesmo sentido, Herculano (1992), afirma que se:

[...] explora uma contradição semântica do termo, já que a associação das noções de sustentabilidade e desenvolvimento encerra um antagonismo de difícil solução. Lembra ela, que sustentabilidade é um conceito da Ecologia, que significa tendência à estabilidade, equilíbrio dinâmico e interdependência entre ecossistemas, enquanto desenvolvimento diz respeito ao crescimento dos meios de produção, à acumulação e expansão das forças produtivas (HERCULANO *apud* LIMA, 1997, p. 215).

Admitindo o desenvolvimento como compreendido por Herculano, compreende-se a afirmação de Dias e Tostes (2009, p. 3) de que o desenvolvimento das forças produtivas, objetiva a expansão do mercado, “vista como necessária por vários apologistas do DS, sob o argumento de que é preciso suprir as necessidades humanas de todos os povos”, observando a conservação ambiental. Assim, para ele, por meio da apropriação do discurso ambiental pelas forças de mercado “o meio ambiente tornou-se uma variável de mercado; a poluição transformou-se em um bem com valor de troca” (p. 8). O capitalismo, então, em mais uma crise, encontra na questão ambiental um caminho. É a era das ideias da “economia verde”, mas com as velhas ideias capitalistas de gerar e concentrar cada vez mais renda, de manter o domínio. Assim, Layrargues (1998, p. 152, grifo nosso) aponta que “[...] as forças de mercado –, sob pressão da nova realidade ecológica e na necessidade de assumir uma nova postura, *desponta sob uma nova roupagem*, sem que tenha sido necessário modificar sua estrutura interna de funcionamento”.

Parafraseando Layrargues (1998), a lógica do mercado faz com que os

mecanismos se tornem dependentes e em crise. A lógica capitalista não é nem abalada e se torna ainda mais fortalecida, sob uma “nova roupagem”, que, na década de 1990, recebe a roupagem de desenvolvimento sustentável e agora se denomina “verde”. Para Ribeiro (2012, tradução nossa, *online*) as empresas que dominam a economia verde são,

[...] as mesmas que provocam as crises e lucraram com elas. São mesmas vellas empresas internacionais poluidoras, as que agora também controlam as tecnologias e os novos mercados, as que abrem agora esta chamada "economia verde" procurando novas fontes de negocios com os desastres.

Neste mesmo ponto de vista Silva (2010, *online*) diz que da economia verde:

[...] emergiram das elites globais [...] mas sim uma proposta de que esta fase “verde” do capitalismo deve continuar gerando lucros através da modernização de certas áreas de produção (carros, energia, etc). O capitalismo verde não é capaz de resolver a “biocrise” (mudanças climáticas e outros problemas ecológicos como a redução da biodiversidade), mas consegue tirar algum lucro dela. Esta postura não altera em nada a rota de colisão entre as economias de mercado e a biosfera.

De todo o modo, a grande questão suscitada é a real possibilidade de conciliar a preservação ambiental com o crescimento econômico, principalmente no atual contexto de dominação do mercado por uma economia capitalista, que agora traz o adjetivo de verde. No entanto, Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 243) nos lembra que “o capitalismo não transita para nada, senão para mais capitalismo”.

Por outro lado, Lima (1997), aponta como um dos pontos positivos do termo sustentabilidade aquele que traz a valorização dos problemas regionais e das relações entre o Norte e o Sul, onde se reconhece a desigualdade Norte-Sul relacionadas à pobreza, riqueza e degradação, apresentando assim uma “divisa externa no contexto socioambiental desses países” (LIMA, 1997, p. 214). Isso impõe aos países do Norte uma maior responsabilidade na promoção do

desenvolvimento sustentável.

Corroborando com esta discussão sobre o Norte-Sul, Santos (2008, 2010) em suas obras, respectivamente, *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* e *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* e a *Epistemologia do sul* de Santos e Meneses (2010) trazem uma reflexão sobre a marginalização do Sul pelo Norte, onde as desigualdades são vistas não como diferenças, mas como inferioridade, ao tempo em que Boaventura diz que temos que aprender com o Sul, pois tudo depende de cada concepção e/ou compreensão de mundo e isto se dá porque há muito tempo tem-se permanecido a concepção de mundo ocidental, o que desloca o pensamento e mantém sempre a visão do sistema que fomenta a opressão e a dominação, mantendo a rotulação dos chamados países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o que coloca em risco a diversidade cultural, dentre elas as culturas dos povos tradicionais, como os da matrizes africanas e afro-brasileiras.

Assim, todas as formas de conhecimento ainda são vistos em perspectiva com parâmetros da ciência moderna. Neste ponto, Boaventura de Sousa Santos chama a atenção para um momento anterior, em que o conhecimento fez par com o universalismo e alerta para o risco de hoje, em que a pluralidade e a diversidade fazerem par com a globalização. Neste ponto, a Unesco, segundo Morais e Jayme (2017, p. 269; 272), chama a atenção que “a preservação da diversidade cultural seria uma das armas contra os assombros da globalização”. Uma destas preocupações é retratada em uma conferência da Unesco, proferida Claude Lévi-Strauss, em que ele “acentuou a preocupação com a diversidade cultural e o risco de seu desaparecimento com o processo de globalização em curso”. O que leva, segundo Milton Santos, a questão da atuação ou ausência do Estado, onde

Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante. [...] A política agora é feita pelo mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que *não têm preocupações éticas, nem*

finalísticas (SANTOS, 2008, p. 66-67, grifo nosso).

Ainda dialogando como Milton Santos (2008, p. 20):

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.

Em outra perspectiva, alguns autores trazem que, na visão de analistas menos radicais, a implantação das propostas do desenvolvimento sustentável possibilitou a introdução da temática ambiental nos debates da política econômica e das relações internacionais, promovendo assim mobilizações nestes setores cujos esforços de vinte anos não conseguiram (LIMA, 1997) ou, como apontado anteriormente, o mercado viu no DS uma possibilidade de se manter no domínio, pois, segundo Ribeiro (2012, tradução nossa, *online*), estas ações tratam “basicamente de renovar o capitalismo frente às crises, aumentando as bases de exploração e privatização da natureza”.

Assim, questionando a possibilidade de uma sustentabilidade no contexto do capitalismo, Stahel (1995) entende que:

a aceleração do tempo, característica da lógica capitalista, rompe com o tempo circular e com a estabilidade bioférica, acelerando os processos de degradação antrópica. Maior produtividade e competitividade representam geração de alta antropia, lixo e poluição crescentes. Nesse descompasso temporal, entre a aceleração do tempo econômico e a incapacidade de adaptação do tempo biosférico está a origem da crise ambiental. [...] o modelo de desenvolvimento capitalista, visto da ótica da lei da entropia se mostra insustentável e, *o discurso da sustentabilidade no contexto de uma economia de mercado, uma ilusão* (STAHEL, 1995 *apud* LIMA, 1997, p. 216, grifo nosso).

No mesmo sentido, Hassan Zaoual (2008, p. 23) diz que: “A lógica do crescimento econômico é incompatível com a ecologia e a preservação da

diversidade das culturas”. Até mesmo, porque os maiores desafios para estabelecer o processo de materialização da sustentabilidade estão na dificuldade da:

transformação da filosofia e do discurso em ação e realização. Assim, o sonho de uma sociedade sustentável é não só desejável como necessário e o desafio é torná-lo realidade. Nesse processo encontram-se os verdadeiros obstáculos e aparecem as grandes discordâncias sobre como construir um desenvolvimento multidimensional, que integre justiça social, sustentabilidade ambiental, respeito às diversidades culturais, viabilidade econômica, democracia participativa, ética comportamental, solidariedade e conhecimento integrador (LIMA, 1997, p. 128).

Neste caso, o que se deve buscar na contemporaneidade é despertar uma nova consciência ecológica que “apesar de sua importância, ainda não se refletiu em mudanças significativas nos rumos das políticas governamentais e dos estilos de vida individuais” (LIMA, 1997, p. 202).

4 O CAPITALISMO E AS CULTURAS DE MATRIZES AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS

No contexto do capitalismo contemporâneo que proclama uma “economia verde”, nos perguntamos: como ficam as culturas de matrizes africanas e afro-brasileiras que dependem sua sobrevivência da relação homem/natureza?

É difícil dizer a quantidade exata de homens, mulheres e crianças africanas arrancadas de seu continente e trazidos para o Brasil. Autores como Bastide (2001) fala em 3,5 milhões de negros chegados por aqui, desde o período da colonização até o fim do tráfico legal ou clandestino. Já Conrad (1985), vai estimar em mais de 5 milhões o número de africanos escravizados trazidos para o Brasil entre 1525 e 1851. Dados à parte, o mais importante é que esses milhares de africanos, oriundos dos mais diferentes lugares da África, segundo Caputo (2012) traziam suas relações com a família, o sexo, as pessoas, a

natureza, a palavra, as energias, a arte, a comida, o tempo, a ancestralidade, Deus, deuses, a morte, a educação, em interações com a vida.

Assim, com suas formas “encantadas” de ver, pensar, sentir, falar e agir no mundo, as espalharam através da denominada “diáspora africana”, onde os negros e as negras que, nesse caso, sequestrados e sequestradas de suas terras, levaram consigo suas tradições, cultivando-as, mantendo-as e recriando-as no mundo, inclusive no Brasil (CAPUTO, 2012, p. 40).

Chegava ao Brasil uma tradição vivenciada, sobretudo no culto aos ancestrais e aos Orixás, chamada em Pernambuco de Xangô e na Bahia de Candomblé, que acabou sendo o nome que aglutinou as mais variadas expressões de diferentes grupos africanos.

O movimento afro-religioso se configurou a partir da criação das primeiras entidades representativas dos umbandistas e/ou dos candomblecistas, na década de 1930. Mas, 70 anos depois, na passagem do século 20 para o 21, ainda mantinha como a principal pauta de sua agenda a defesa da prática religiosa de seus representados (MORAIS; JAYME, 2017, p. 269).

As práticas dessas ramificações religiosas acontecem em espaços específicos chamados de *Ilê* (AZEVEDO, 2006). Segundo Cacciatore (1988, p. 143), *Ilê* é a denominação da “casa de candomblé, geralmente seguida do nome do orixá” protetor do terreiro. Essas casas de candomblé, bem como seus adeptos, tem uma relação de extrema intimidade com a natureza, pois é dela que emanam as energias que são cultuadas em seus rituais.

Dentro da cosmovisão dos grupos de origem afro-brasileira, o conhecimento dos vegetais é fator preponderante nas relações destes com o mundo que o cerca. É por meio deste relacionamento intrínseco que o homem chega a uma forma de conhecer, organizar, classificar e experimentar, integrando o mundo natural ou social dentro de uma lógica particular (MEIRA; OLIVEIRA, 2013).

Segundo Barros e Napoleão (2009), estas comunidades tradicionais procuram sempre uma convivência harmônica com a natureza, pois é dela que

vêm os segredos da existência da própria religião. Essa relação homem/natureza é sempre sedimentada por meio do conhecimento empírico secular, onde aquele, plenamente familiarizado com a flora do seu entorno, busca soluções para os mais diversos problemas surgidos no âmbito de suas comunidades. Foi com base no conhecimento prático e vivido do sistema tradicional africano, que aqui no Brasil os escravos iorubanos fizeram o reconhecimento e a identificação das plantas usadas nos candomblés brasileiros e, em especial, dentro do contexto baiano (MEIRA; OLIVEIRA, 2013).

O conhecimento das folhas e o seu uso se dá em várias partes do mundo e, em especial aqui em nosso país, fazendo parte da sabedoria popular (LÜHNING, 2006). A forma como este conhecimento tradicional foi e é abordado pela sociedade variou bastante durante os tempos, levando a uma divisão de opiniões no seio da sociedade (MEIRA; OLIVEIRA, 2013). Esta polêmica divisão de opiniões deve-se ao fato de este conhecimento pertencer à população mais pobre, negra e de origem cabocla (SILVA, 2009) e por seus conhecimentos serem transmitidos oralmente há gerações. Além deste, há outro fato que merece a atenção, que é a existência do uso de ritual com folhas pelos terreiros de Candomblé, o que acabava sendo mal visto pela sociedade dita “branca” europeizada. Este fato ainda prevalece até os nossos dias:

Propagara-se o progresso e os tempos modernos que se orientariam nas inovações vindas da Europa e dos Estados Unidos, querendo esquecer tudo que existia de tradição popular, descrevendo-a como uma pseudocultura de analfabetos (LÜHNING, 2006, p. 96).

A sabedoria popular expressa o conhecimento ainda não classificado, nem sempre verificado pela ciência. A ciência é considerada como sinônimo de erudição, e, na nossa sociedade, a ideia que se tem de conhecimento erudito é, justamente, a de que ele seja o melhor e deve sobrepor a todo e qualquer conhecimento desenvolvido e/ou adquirido em uma sociedade, ou seja, há uma “briga” entre o conhecimento empírico não-oficial e o erudito oficial (LÜHNING, 2006).

Em nossa cultura, há uma tendência muito grande em subestimar o conhecimento popular e supervalorizar o conhecimento promovido pela cultura ocidental. Ressaltando que o conhecimento erudito é apenas um aspecto do conhecimento. Cabe uma ressalva, pois muitos conhecimentos eruditos têm sua fundamentação no conhecimento tradicional oral, embora constantemente se negue essa afirmação. Há então uma supervalorização dos saberes por meio de uma “dominação epistemológica” e de uma desigualdade entre saber e poder como compreende Santos e Meneses (2010, p. 7; 19):

Trata-se do conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos.

[...] também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade.

Em muitos países europeus, os conhecimentos tradicionais relacionados às folhas praticamente desapareceram devido, por um lado, à forte imposição da religião cristã, desacreditando os conhecimentos populares tradicionais e exterminando as velhas religiões chamadas pagãs (CAROSO; BACELAR, 2006); por outro lado, há a pressão do paradigma da ciência moderna, em uma tentativa de suprimir os saberes, que por ela não são considerados científicos, como por exemplo, os conhecimentos das comunidades tradicionais (MORIN, 2000, 2003). Reforçando, Santos (2010, p. 151-152) diz que a visão de outros conhecimentos é sempre visto “a partir da perspectiva da ciência moderna”, portanto, das “práticas científicas à diferenciação entre saberes científicos e não-científicos”.

No entanto, Alves e Seminotti (2008, 2009) lembram que cada conhecimento obedece a uma regra que possibilita a produção de domínios de legitimidade e são calçados por suas verdades e seus erros.

Ainda sobre a abordagem anterior, Morin (2000, p. 82; 96) diz que “os

avanços da técnica, da indústria e do capitalismo levaram à destruição de civilizações tradicionais”, bem como, a supremacia do conhecimento científico levou “a incompreensão dos valores imperativos propagados no seio de outra cultura, como o são nas sociedades tradicionais o respeito aos idosos na obediência incondicional das crianças a eles, a crença religiosa”.

Percebe-se, com isso, uma desvalorização da cultura popular em detrimento de uma alta valorização da cultura erudita e letrada que, parcialmente, absorveu estes conhecimentos ditos populares, incluindo-os nos estudos da medicina clássica. O patrimônio cultural contido nesses saberes vão sendo degradados simultaneamente à natureza que lhes serve de substrato para construção do mundo, fenômeno que compreendemos como inerente à questão ambiental. Pesquisas apontam que, com o avanço do processo de degradação ambiental, algumas comunidades de matriz afro-brasileira, percebem que o culto aos orixás vem se tornando cada vez mais difícil e até mesmo correndo o risco de extinção, uma vez que as áreas verdes vêm sendo, paulatinamente, destruídas para ceder lugar às construções urbanas cada vez mais comuns nas cidades e nos seus entornos (MEIRA; OLIVEIRA, 2013). Trata-se não apenas de mudança de endereço, mas principalmente porque a vida no Candomblé é a expressão da natureza, uma vez que todos os Orixás estão intimamente ligados aos elementos naturais e se expressam através deles.

Alves e Seminotti (2009) constatam, em seu estudo, que a vida na comunidade de terreiro é fortalecida pelos vínculos estabelecidos mediante a permanência do sujeito a um terreiro que coletivamente e não individualmente cultivam relações entre os sujeitos, nas dimensões física e espiritual. Neste caso, “O modo de compreender e agir no mundo, vivido no terreiro, com seus mitos e ritos, suas crenças e valores, constitui um conjunto de saberes e verdades legítimas sem seu contexto e que, muitas vezes, se contrapõe e escapa aos saberes e verdades técnico-científicas” (ALVES; SEMINOTTI, 2009, p. 90-91).

Os saberes oriundos desse universo afro vêm, nos últimos anos, sofrendo uma degradação, tanto por parte da sociedade judaico cristã, onde o preconceito ainda impera, como pelo próprio sistema capitalista que vem, paulatinamente,

destruindo o meio ambiente na busca de lucros para satisfazer tal sistema. As consequências são visivelmente perceptíveis pelo ser humano em seu dia-a-dia, através dos impactos ambientais. Entendendo-se por impacto o desequilíbrio provocado por um “trauma”, resultante da atividade do homem sobre o meio ambiente.

Para Sene e Moreira (2000), estes podem ser em escala local, regional e global, porém, os danos são sempre drásticos ao ser humano. Tomemos, como exemplo, a destruição das florestas por meio de queimadas, desmatamentos, entre outros aspectos. Como consequência, tem-se a destruição da biodiversidade, a erosão e empobrecimento do solo, elevação da temperatura terrestre, redução dos índices pluviométricos, desertificação, proliferação de pragas e doenças, nas nações indígenas o genocídio e o etnocídio. Associado a tudo isso, os impactos gerados pelo crescimento urbano acabam levando à destruição das áreas verdes nas cidades e em seu entorno e impactando diretamente na vida dessas comunidades tradicionais de Candomblé, que é também pressionada pelo mercado.

Neste caso, Ribeiro (2012, *online*) nos alerta que estas comunidades podem, assim, ficarem sujeitas a exigências e regras dos investidores que divulgam os serviços, mantendo as funções básicas da natureza como mercadorias sob a nova onda da “economia verde” que se baseia em três alicerces:

[...] uma meramente mercantilização e privatização da natureza e dos ecossistemas, integrando as suas funções – redefinidas como ‘serviços’ – aos mercados financeiros; a promoção de novas tecnologias e a vasta expansão do uso de biomassa; e um marco de políticas que permitam e subsidiem com os recursos públicos esses desenvolvimentos privatizadores. Como se pode ler em muitos informes que apostam na ‘economia verde’, a biodiversidade é apresentada como um ‘novo mercado multibillionário’ [...].

A mercantilização/financiarização da natureza é uma táboa de salvação para os investidores especulativos, porque abre novos mercados financeiros – carbono, serviços ambientais –, muito necessários para banqueiros, frente ao naufragio de outros mercados especulativos (RIBEIRO, 2012, tradução nossa, *online*).

O que gera todo um mercado (internacional produtor e comercializador das plantas sagradas)/ como principal estratégia macro de sobrevivência dos rituais, preceitos e segredos, na perspectiva de um “capitalismo verde” (*Green Economy*). Inclusive com a importação de sementes e demais elementos cruciais, além de campanhas para plantio de baobás e outras espécies africanas consideradas sagradas, em solo brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir sobre vivência das matrizes africanas e afro-brasileiras, a partir da visão da hegemonia do paradigma sociocultural dominante moderno, industrializador da natureza, ficou evidenciado, nessas observações prévias, que essas culturas populares, sobretudo, a de origem afro-brasileiras, vem sofrendo impactos com o global sistema de produção, que se baseia exclusivamente na obtenção de lucros, sem pensar nas consequências.

Na cultura do capitalismo, a natureza é percebida e concebida como simples reservatório de recursos e energia, sendo esta explorável à vontade. Dessa concepção, resulta a depredação do planeta, sendo a auto realização dos lucros a profecia fundamental do capitalismo. E os homens, as sociedades, os vegetais, os animais, enfim, todo o mundo está submetido a essa seleção. Neste contexto, as matrizes afro-brasileiras, que se relacionam diretamente com o meio ambiente, sofrem esta pressão, provocada pelo pensar globalizado do homem moderno, o que dificulta sua sobrevivência em meio a tantas destruições do meio natural, pois é da natureza que emanam as forças que envolvem essas matrizes e como elas tentam se adaptar com macro e micro estratégias de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Miriam Cristiane Alves; SEMINOTTI, Nedio. Cosmovisão negro-africana e produção de saúde mental em uma comunidade tradicional de terreiro. In: MOSTRA DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO, 3., 2008, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: PUCRS, 2008.
- ALVES, Miriam Cristiane Alves; SEMINOTTI, Nedio. Atenção à saúde em uma comunidade tradicional de terreiro. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, suppl.1, p. 85-91, ago. 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2QOebYQ>. Acesso em: 05 jun. 2019.
- AMORIM, Celeste Dias. **Apropriação das ideias ambientalistas no campo educacional em confluência com a visão das ações extensionistas na área de conhecimento “meio ambiente e sustentabilidade” da UESB**. 2013. 165 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, 2013.
- AZEVEDO, Vanda Alves Torres. **Ìyàmi: símbolo ancestral feminino no Brasil**. 2006. P. 153. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.
- BARBOSA, Ana Mae (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BARROS, José Flavio Pessoa de; NAPOLEÃO, Eduardo. **Ewé órisá: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé jeje-nagô**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. Tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz; revisão técnica Reginaldo Prandi. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CACCIATORE, Olga Gudolle. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson. Faces da tradição afro-brasileira. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson (org.). **Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafrikanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO, 2006. p. 149-157.
- CONRAD, Joseph. **A força do acaso ou chance**. Rio de Janeiro: Terra Livre, 1985.

CUNHA, Belinda Pereira da; AUGUSTIN, Sérgio. **Sustentabilidade ambiental: estudos jurídicos e sociais**. Caxias do Sul, RS: Educ. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2HXgYfH>. Acesso em: 10 jun. 2015.

DIAS, Guilherme Vieira; TOSTES, José Glauco Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: do ecodesenvolvimento ao capitalismo verde. **Revista Sociedade Brasileira de Geografia**, v. 2, n. 2, p. 1-20, 2009.

DOMINGUES, Soraya Corrêa; COSTA, Andrize Ramires; SIMON, Heloisa dos Santos; KUNZ, Elenor. Um estudo crítico da relação entre ser humano e natureza. Possibilidades para fundamentação de uma 'Educação Ambiental'. **Revista Digital**, Buenos Aires, Año 15, n. 143, abr. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2QNcew1>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. Geografia agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 39-70, jan./jun. 2001.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Globalização e mudanças na configuração espacial: da economia mundial. Uma visão panorâmica das últimas décadas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 61-97, Jan/Abr. 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2HVx7IU>. Acesso em: 05 jun. 2019.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998.

LIMA, Gustavo F. da Costa. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Política e Trabalho**, n. 13, p. 201-220, set. 1997. Disponível em: <http://bit.ly/2wJwXY9>. Acesso em: 10 mar. 2018.

LÜHNING, Ângela. Ewé: as plantas brasileiras e seus parentes africanos. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson (org.). **Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafrikanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO, 2006. p. 257-88.

LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEIRA, Celio Silva; OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de. O uso das plantas sagradas nas religiões afro-brasileiras: um estudo de caso nos espaços religiosos da umbanda de Poções-BA. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 6., 2013, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: Museu Pedagógico/UESB, 2013.

MORAIS, Mariana Ramos de; JAYME, J. G. Povos e comunidades tradicionais de matriz africana: Uma análise sobre o processo de construção de uma categoria

discursiva. **Civitas**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 268-283, maio/ago. 2017.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. **Carta Internacional**, Associação Brasileira de Relações Internacionais, v. 7, n. 1, p. 118-139, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de; OLIVEIRA, Orlando J. R. **Na trilha do caboclo**: cultura, saúde e natureza. Vitória da Conquista: EdUESB, 2007.

RIBEIRO, Silvia. Economía verde ou economía fúnebre. **Altermundo**, 02 ago. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/31avAjf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. v.4.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos J. C. **Espaço geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 2000.

SILVA, Claudia Santos da. Rezadeiras: guardiãs da memória. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 5., 2009. **Anais [...]** Salvador, Bahia, Brasil: Faculdade de Comunicação/UFBa, 2009.

SILVA, Fernanda. 20 teses contra o “capitalismo verde”! **Altermundo**, 04 fev. 2010. (Tradução livre “20 Theses against green capitalism”, de Tadzio Mueller e Alexis Passadakis). Disponível em: <http://bit.ly/2WmwCdk>. Acesso em: 03 mar. 2018.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Questões da Nossa Época. 106).